

Natalidade e desenvolvimento *

JAYME MAGRASSI DE SÁ

Não conseguiria, ainda que me esforçasse, demonstrar tóda a complexidade do fenômeno crescimento demográfico.

Para aquêles que vivem, diuturnamente, a braços com a complexa tarefa de fazer desenvolvimento aplicado, oportunidades de discutir o tema são mais do que um alento; são pontos de inspiração e de renovação da vontade e do esforço especulativo.

E é particularmente desvanecedor registrar que no Brasil, e sobretudo por parte da juventude brasileira — o Brasil de amanhã — começa-se a debruçar sôbre os livros e a preocupar-se com a realidade e o progresso do país.

O tema que me foi proposto para esta abordagem — Natalidade e Desenvolvimento — concebe todo um esforço analítico. Por isso que subentende, na verdade, três grandes problemas: *natalidade*, *desenvolvimento* e *natalidade e desenvolvimento*.

Não pretendo, nesta oportunidade, percorrer todo o trajeto analítico que seria necessário. Faltou-me tempo para um mergulho mais profundo e é praticamente impossível cobrir todo o campo num só artigo ou numa só palestra.

Mas creio estar em condições de fazer algumas ponderações sôbre a questão *natalidade e desenvolvimento*, ainda que a aborde de modo algo sumário.

A taxa de natalidade parece ser função precípua de três fenômenos — idade da população, índice de higidez e capacidade biológica de reprodução e *status* social.

Uma população jovem, isto é, de grandes contingentes em idades novas, é de proliferação mais acentuada, naturalmente, do que uma população cuja frequência incida em idades mais velhas.

Do mesmo modo, as condições de higidez e a capacidade biológica de reprodução são elementos básicos, ou, diria eu, endógenos, da taxa de natalidade.

Mas, êsses dois elementos são o que chamariamos de naturais ou imanentes à condição humana; ainda que se possa admitir que a idade média de uma população, ao longo dos tempos, em muito se ligue às condições culturais, sociais e econômicas, não deixa de corresponder em larga margem, à própria natureza humana.

Não me alongarei no exame dêsses dois fatores, mais apropriados a biólogos, demógrafos etc., porque, para o nosso exame, o ponto que merece maior indagação é o pertinente ao *status* social.

De fato, parece hoje provado que o índice de natalidade varia, e bastante, em seus grandes números, com o *status*, e êste com o nível médio de renda. Em camadas sociais de baixo nível de renda, a taxa de natalidade é elevada, pois um número adicional de filhos em muito pouco alcança o *status*, em geral baixíssimo pelo fraco nível de renda. Em camadas de alto nível de renda, igualmente,

*Palestra realizada na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, em 20-11-1964

pois o *status* também não é alcançado por maior número de filhos. Mas, já nas camadas de renda de nível médio, um filho ou dois a mais tendem a comprimir acentuadamente o *status* social; verifica-se então, certo policiamento anticoncepcional nessas camadas. Diria que a defesa do *status* social leva à contenção voluntária.

Uma população ampla, com grandes contingentes em idades novas, de acentuado poder de reprodução e em que haja má distribuição social da renda — forte concentração no topo da pirâmide e fraca diluição pelo resto da pirâmide social, a taxa de natalidade tende a ser fortíssima.

Uma situação dessas, na época atual, com os avanços da profilaxia e dos antiendêmicos, tem como resultados uma forte taxa de natalidade e a explosão demográfica, pois estamos vendo progressos sensíveis no comprimir cada vez mais a taxa de mortalidade infantil.

A contenção da taxa de natalidade parece ser um problema de educação, mais do que uma ação coletiva e especificamente orientada. Ademais, em países em que é baixo o nível médio de renda e fraco o índice educacional, as condições sociais são de tal ordem, que uma ação direta, isto é, orientada, de caráter anticoncepcional, perde-se na impossibilidade quase total de difundirem-se os preceitos técnicos de tal ação. Isso ocorreu na Índia, há uns anos atrás, em ação anticoncepcional empreendida com o auxílio da ONU.

Chegamos, pois, ao fato doloroso de reconhecer que a taxa de natalidade é de difícil controle em países pobres e que tende, em populações volumosas, a gerar a explosão demográfica, mormente ante os progressos que se estão realizando no combate à mortalidade infantil e em favor da longevidade.

Para um país subdesenvolvido, a explosão demográfica é um problema, pois exige que a renda real cresça pelo menos proporcionalmente, para evitar o empobrecimento relativo. E o crescimento da renda depende fundamentalmente de investimentos reprodutivos, que nem sempre atendem, de pronto, aos requisitos do consumo e às exigências de serviços sociais.

Uma população numerosa e jovem, e de forte taxa de crescimento é, necessariamente, uma população com grande propensão ao consumo e muito suscetível às modificações de consumo. E um país subdesenvolvido, é um país onde há escassez de quase tudo, mas onde há, seguramente, e por definição, severa escassez de capital.

É fácil verificar, portanto, a dificuldade de ratear o capital disponível, que é escasso, entre investimentos reprodutivos da renda e investimentos que atendam ao consumo, dois requisitos básicos de um país subdesenvolvido com forte taxa de crescimento demográfico.

Sem embargo, quando se considera que desenvolvimento econômico pressupõe, além do crescimento da renda, reformas de estrutura, verifica-se que as dificuldades ainda são maiores, pois, então, grande vulto de inversões é requerido para aplicações que, embora reformadoras da estrutura, só fazem crescer a renda depois de razoável período de maturação.

Por outro lado, uma população ampla e jovem, com forte taxa de crescimento, exige espaço; espaço para viver economicamente, o que pressupõe terra arável ou agricultável em condições de produção econômica. Instala-se aí outro campo de grandes inversões, quais sejam as necessárias ao uso e aproveitamento da terra e aos transportes básicos, sem falar nas ligadas à radicação do homem ao solo. São em geral investimentos maciços, por isso que a dominação econômica sob a forma de ocupação demográfica gera uma constelação de exigências derivadas, na base de um mínimo de concentrações populacionais.

Pode-se, pois, verificar que melhor seria dizer: natalidade elevada é igual a forte exigência de capital; e forte exigência de capital em países subdesenvol-

vidos é igual a parcimonioso consumo; parcimonioso consumo é algo que contrasta frontalmente com as inclinações naturais de uma população jovem, sobretudo quando a renda *per capita* melhora ou cresce.

Essa a equação básica que os países em desenvolvimento, com forte taxa de crescimento demográfico, têm que resolver. Resolver se desejam o desenvolvimento; sobretudo se o desejam de modo menos lento, socialmente mais justo, economicamente mais sólido e menos desequilibrado.

Colocar-se-iam aqui algumas indagações:

Primeira. O grande crescimento populacional de um país é fator de prosperidade, ou um problema para seu desenvolvimento?

O crescimento populacional é uma das bases para um grande mercado. Mas, para isso, é preciso que a renda global cresça mais que proporcionalmente, fortalecendo a renda *per capita*; e bem assim, que a distribuição social da renda não alimente e não obedeça a concentrações injustas e perniciosas.

Se a renda não cresce mais que proporcionalmente, a população tende a empobrecer relativamente. E para que a renda cresça como requerido, tornam-se necessários investimentos poderosos e relativa contenção do consumo.

A formação desses investimentos, que, em economia, chamamos formação de capital, exige todo um programa de seleção e toda uma orientação racional e firme, que discipline:

- 1) a origem da poupança
- 2) a aplicação da poupança
- 3) o rateio da poupança entre os diversos objetivos a atingir, tendo em vista:

- I) o processo de desenvolvimento;
- II) o bem-estar social.

- 4) e, finalmente, a melhoria progressiva na distribuição social da renda.

É possível, portanto, afirmar que um grande crescimento populacional é elemento impulsionador do mercado interno, mas para que assim atue, representa, antes, toda uma problemática em termos de desenvolvimento, cuja solução exige racionalidade administrativa e política econômica consciente.

A segunda indagação — A lei de MALTHUS é válida para os grupos humanos, ou transforma-se em uma hipótese especulativa?

A questão tem de ser examinada de dois ângulos.

O primeiro é pertinente à assertiva básica dessa lei, de que a população praticamente dobra cada quarto de século. Parece-me que se vai confirmando a premissa, pois temos hoje a população dobrando em cada 35 anos.

Basta ver que no período da Idade Média, a taxa de crescimento era de 0,00005%; no início do século XVII, de 0,3% e no início deste século, de 1%. Presentemente, supera os 2%.

Com os avanços científicos que vamos presenciando, de forte impacto sobre o índice de hígidez das populações, e contenção, em amplas áreas demográficas, da acentuada taxa de mortalidade infantil, creio mesmo que o crescimento populacional tende a tornar-se mais célere do que o previu MALTHUS, à luz do panorama cultural de sua época. Se a taxa anual de crescimento da população mundial, hoje de dois e pouco por cento, atingir a 3%, a duplicação se fará em menos de 25 anos.

Mas, já o segundo aspecto da lei não se tem confirmado, pois o crescimento da riqueza com o avanço da ciência e da técnica não tem ficado aquém das necessidades humanas. Miséria e fome no mundo são, hoje, praticamente, con-

seqüências das desigualdades sociais e econômicas entre países, entre classes e entre indivíduos, e não obra precípua de ritmo insuficiente no aumento da produção de riqueza. É claro que falamos em fome e miséria, tomando-se por base o que ocorre, com caráter grave, em certas regiões do mundo ou em países específicos.

Com o avanço da ciência e da tecnologia, se, por um lado, é mais forte o desgaste com recursos naturais em fase de utilização, é também mais ativa a descoberta de novas fontes de recursos, bem como mais freqüente o advento de novas formas ou processos de substituição, de sorte que, até onde alcança a vista, não parece haver o perigo da penúria de elementos naturais para a geração da riqueza em ritmo compatível com o requerido pela população mundial e seu crescimento. GEORGE KIMBLE, em seu ensaio publicado em *Fronteiras do Conhecimento*, mostra bem que até solos cansados pela exploração secular têm seu nível de produtividade regulado pelo índice de capitalização.

Mas o exame da lei de MALTHUS hoje só tem sentido se a focalizarmos sob o ponto de vista dos níveis médios de renda.

Num país de alto nível médio de renda, onde há formação satisfatória de poupança e de investimento, a lei parece perder sua projeção. A riqueza poderá crescer mais que proporcionalmente à população, e o crescimento demográfico esbarrará com obstáculos de solução mais difícil, como, por exemplo, as limitações geográficas.

Já em países de baixo nível médio de renda, o panorama é outro, como explicamos anteriormente. Ai sim, dentro das fronteiras nacionais a lei passa a merecer atenção, quanto mais não seja para a racionalização do esforço de poupança e investimento. Observe-se que, na América Latina e na Ásia, a taxa média de crescimento demográfico se aproxima, em média, de 3% ao ano; e em muitos países dessas regiões, tal como no Brasil, já se vai ultrapassando essa taxa.

Na quadra atual, com taxa geral de crescimento demográfico de mais de 2%, as taxas individuais variam bastante, revelando situações muito expressivas. Assim, países desenvolvidos, como URSS e USA, sem problemas de limitação geográfica para suas populações já volumosas, ostentam taxa de crescimento demográfico de 1,4% a 1,8%, inferior à mundial. O *status* atua na contenção relativa. Nos países da Europa Ocidental, desenvolvidos mas com o problema do espaço geográfico, a contenção é mais acentuada, pois a taxa é de 1% e até de menos de 1%.

Nos países subdesenvolvidos da Ásia e América Latina, a taxa é de mais de 2%, sendo vários os casos de 3% e mais, sendo que, na América Latina, a taxa média aproxima-se de 3%.

A terceira indagação liga-se ao controle da natalidade.

Parece-me que três são os pontos a referir no que diz respeito a essa questão: a) o controle como forma de contenção; b) o controle e a questão ética; e c) o controle e a religião.

Não há dúvida de que, na quadra atual, o controle da natalidade é questão indiscutível do ponto de vista da eficácia, isto é, como controle em si mesmo. O que se discute é sua aplicabilidade em populações de baixo nível cultural e precárias condições sociais. É a falta de entendimento; é a ausência de possibilidades para uma ação objetiva direta. Em tais condições, é de baixo rendimento qualquer ação normativa ou qualquer campanha coletiva de difusão das denominadas práticas anticoncepcionais. Passa a questão a ser eminentemente de educação e de melhoria das condições sociais, ambos os esforços sempre de resultados a prazo longo.

Do ponto de vista ético, sabemos bem que certos padrões culturais recusam o exercício anticoncepcional e titulam as iniciativas nesse sentido, de incursões

do que costumam denominar de deterioração dos costumes. Esses padrões éticos constituem assim como que uma barreira de difícil transposição, uma espécie de resistência passiva à evolução do entendimento a respeito.

Mas é necessário salientar que esse comportamento ético em muito se filia aos dogmas religiosos.

Embora não seja eu versado em teologia e teosofia, creio que a religião católica resiste às práticas anticoncepcionais. Mas creio que, ante certos aspectos da presente situação demográfica mundial, especialmente em determinados países ou regiões do globo, em que se observa o advento ou a existência da explosão demográfica, a igreja começa a encarar a questão com mais realismo. Tenho ouvido notícias de que o Concílio Ecumênico, ora reunido, examina o assunto.

Não posso antever qual a posição que daí decorrerá, mas creio que vamos caminhar para melhor entendimento do problema, buscando no esclarecimento das massas, quanto aos problemas decorrentes da pressão demográfica, a abertura de uma campanha de contenção da natalidade.

Espero, ademais, que os resultados da II Conferência Mundial de População, que a ONU patrocinará em 1965, concorram bastante para ajudar nessa campanha educativa, especialmente nos países subdesenvolvidos.

Enfim, em termos de controle de natalidade, penso que a imposição dos fatos, mormente em áreas em que a pressão demográfica se exerce sob níveis de vida acentuadamente baixos, irá levando, compulsoriamente, a campanhas sistemáticas e intensivas de educação, capazes de, gradativamente, quase compulsar o exercício de práticas eficazes de restrição ao crescimento populacional.

A *quarta indagação* liga-se a situações objetivas, e pode ser assim formulada: o problema de excesso de população exerce ou tem exercido, em qualquer parte do globo, entraves ao desenvolvimento? Qual a situação no Sudeste da Ásia, por exemplo?

A Ásia é exatamente o exemplo a ser observado. E dentro da região, temos quatro casos: o da China, o da Índia, o do Paquistão e o da Indonésia.

O da Indonésia e o do Paquistão são caracteristicamente, de *ameaça* de avalanche demográfica; e se os esforços que estão sendo feitos no sentido de fomento da renda real não derem o resultado desejado, os dois países tenderão a repetir o exemplo da China e da Índia.

O caso da China é o mais delicado, pois tendo uma população da ordem de 600 milhões de habitantes, e uma taxa de crescimento de uns 2,5% a 2,8%, vê-se a braços com novos contingentes anuais da ordem de 20 milhões de pessoas. Aí, todo um esforço gigantesco tem que ser feito até mesmo para evitar apenas o empobrecimento relativo. Como sabem, as conseqüências da situação demográfica, o peso da explosão demográfica e as miseráveis condições de vida, concorreram sobremodo para levar aquele país à completa mudança de regime político-social. Hoje, bem o sabemos, os chineses travam luta hercúlea para superar o retardo em que se encontram; é difícil medir os resultados efetivos dessa luta pela falta de dados. Mas já sabemos também que até a questão do espaço geográfico começa a colocar-se ante a avalanche demográfica chinesa, que se encorpa gradativamente e, porque não dizê-lo, perigosamente. Não há nestes comentários específicos qualquer interferência de ordem ideológica, deve ser ressalvado.

Já no caso da Índia, cujo vulto da população é de 400 milhões, a uma taxa de crescimento de 2,5%, o problema é grave, mas menos premente. A Índia faz também gigantesco esforço de desenvolvimento, com maciça ajuda do exterior. Só para seu plano quinquenal em vigor, deverá receber de fora cerca de US\$ 4 bilhões e, quiçá, mais.

Mas a Índia enfrenta ainda a questão das castas sociais que, enrijecendo a estrutura social, dificulta o progresso e obstaculiza melhor disseminação da educação e melhor distribuição da renda.

A não ser que submetam suas populações a restrições quase ascéticas do consumo e, ao mesmo tempo, recebam poderoso fluxo de recursos — capital de fora — os dois países — China e Índia — dificilmente superarão o espectro da pobreza, que diria endêmica, face ao crescimento fortíssimo da população.

Consideradas essas indagações específicas, vejamos alguns outros pontos relevantes.

O caso da América Latina, com taxa média de crescimento demográfico de quase 3%, começa a preocupar, porque a região como um todo vai tendo dificuldade de fazer crescer o produto nacional bruto, por períodos mais longos, a uma taxa igual à do crescimento populacional. Como toda a região encontra-se em estágio de subdesenvolvimento, com forte participação do setor primário na formação do produto nacional, e bem assim como toda a região depende fortemente de débeis orçamentos cambiais, debilidade que é função da preponderância, que nêles tem pequeno número de produtos primários, o esforço de desenvolvimento estará mais e mais ameaçado se políticas econômicas nacionais conscientes não advierem, e se maior, muito maior, auxílio externo não ocorrer.

Seria difícil falar-se em taxas satisfatórias de desenvolvimento. Porque desenvolvimento é crescimento da renda *per capita* com significativas e não aleatórias mudanças de estrutura. A primeira parte é quantificável; a segunda, não.

Mas pode-se afirmar, pelo menos, que o produto nacional líquido deve crescer a uma porcentagem superior à da população, e em nível capaz de descontar a diferença de crescimento que ocorre em relação a taxas de países desenvolvidos. Isto é, um país com $x\%$ de crescimento demográfico, deve ter seu produto bruto crescendo a $x + y\%$, sendo que $y\%$ deve igualar a taxa de crescimento da renda de países desenvolvidos. Isto para não agravar as diferenças já existentes. Para reduzi-las, é preciso que $y\%$ seja maior do que a taxa de crescimento da renda dos desenvolvidos.

É fácil de entender o esforço e a racionalidade que isso exige. E é, na verdade, quase impossível conseguir tal êxito, de sorte que o controle da natalidade passa a inscrever-se como fator fundamental de desenvolvimento relativo, isto é, daquele que deve ocorrer tomando-se como base a correção das desigualdades internacionais existentes.

Podemos chegar, agora, ao caso brasileiro.

Tomando-se uma relação capital/produto de 0,5%, — que é otimista — teríamos que, para cada unidade a mais de produto bruto, necessitaríamos de 2 unidades de capital.

Se quisermos fazer crescer a 3% ao ano o produto *per capita*, teremos que fazer crescer a 6,5% o produto global, pois a taxa demográfica é de 3,5%.

Partindo-se de um PNB global para o país, de US\$ 16 bilhões, temos a seguinte escala:

| | US\$ bilhões | |
|---------------|----------------|---------------------|
| | <i>Produto</i> | <i>Investimento</i> |
| 1.º ano | 18,02 | 2,08 |
| 2.º ano | 19,09 | 2,34 |
| 3.º ano | 20,02 | 2,50 |
| 4.º ano | 21,01 | 2,62 |
| | | |

O produto global dobraria no 11.º ano. E estaremos investindo ao longo do período, 13% do PNB. Mas o país estaria investindo, em valores absolutos, um montante tal que restringirá fortemente a expansão do consumo. Ao 11.º ano, quando o produto global teria dobrado — US\$ 32 bilhões — a população tenderá a ser de 125 milhões de pessoas, ou seja, um produto *per capita* de US\$ 288; ou menos de 30% de melhoria no período. E o Brasil continuará, em termos de renda *per capita* em nível de subdesenvolvimento! E isso tomando-se a relação 2/1 entre capital e produto, relação que é ostensivamente otimista.

Para vencer êsse nível, de subdesenvolvimento, seria preciso que o crescimento anual do PNB fôsse de uns 50% a mais, e o esforço de investimento o dôbro, vale dizer, quase da ordem de US\$ 5 bilhões, em média anual, num período de 11 anos, o que é igual a uns 30% da renda nacional brasileira no presente momento. Mas sabemos que esperar, nos subdesenvolvidos em geral e no Brasil em especial, poupança superior a 20% da renda nacional, já não é otimismo; é algo panglossiano.

Precisamos, pois, no Brasil, atentar para a questão do crescimento demográfico e para a taxa de natalidade, *ela mesma em ritmo de crescimento*.

Para ficarmos dentro de um esforço exequível de investimento — 15% anual da renda nacional em média — e conseguir ao fim de uns 15 ou 17 anos sair da faixa dos subdesenvolvidos em termos de renda *per capita* — US\$ 450 *per capita* — precisaríamos coartar a taxa de crescimento demográfico em 1%, isto é, não permitir que suplante ela o índice de 2,5% ao ano, o que considero tarefa quase ciclópica.

Não creio possamos realizar êsse esforço de contenção ou pelo menos alcançar resultados eficazes em tempo útil. De sorte que estamos a braços com a realidade de encararmos o fato de que só superaremos o estágio de subdesenvolvimento em termos de renda *per capita* dentro de uns 25 anos, e na medida em que mantivermos firme uma taxa anual de poupança da ordem de uns 15% da renda nacional, aplicando os investimentos com satisfatório grau de racionalidade. Êsse período se encurtará na medida em que:

- a) contivermos o crescimento demográfico;
- b) obtivermos maciço auxílio externo para aumentar decisivamente a taxa de investimento; ou ainda, e sobretudo,
- c) conseguirmos as duas coisas juntas.

E se dilatará na medida em que não conseguirmos manter os investimentos no nível de uns 15% da renda nacional, continuando a registrar-se a presente taxa de crescimento demográfico.

Tenho, assim, grandes preocupações, mas me anima verificar que começa, no país, a merecer atenções o problema demográfico, o que é um indício promissor, pois até aqui a questão demográfica tem ficado alheia até mesmo da política econômica nacional.